

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Solução para GSF destrava setor elétrico.....	2
Título: Busca por fontes limpas estimula fusões e aquisições	4
Título: Petrobras espera vender ao menos uma refinaria até o fim deste ano	6
Título: AngloGold Ashanti investe US\$ 120 milhões no Brasil	7
Título: Oferta de Alupar e BB deve sair em julho.....	8
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	10
Título: ‘Novo gás vai refletir no preço da energia’	10
Título: » Em frente.	12
Título: Em reação ao Congresso, Guedes pede à equipe medidas para reanimar economia	13
Título: Guedes anuncia liberação de R\$ 100 bi e surpreende BC	14
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	15
Título: Guedes defende estados na Previdência para que não usem o pré-sal para pagar contas	15
Título: Gás para todos	16
Título: Juntos	18
Título: O futuro começa agora	18
VEÍCULO: O Globo.....	20
Título: A falta que faz um ministro da Educação	20
Título: Witzel quer pagar dívidas à União só a partir de 2023	20

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 28/06/2019****Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito e Camila Maia | Do Rio e São Paulo****Título: Solução para GSF destrava setor elétrico**

A aprovação pela Câmara dos Deputados do projeto de lei 10.985, que trata, entre outros assuntos, de uma solução para a judicialização do risco hidrológico (conhecido como GSF, na sigla em inglês), pode abrir caminho para outras pautas relevantes do setor elétrico, como a privatização da Eletrobras e o aperfeiçoamento do mercado livre de energia. Tido como uma das prioridades do **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, o destravamento do mercado de curto prazo, que registra inadimplência de R\$ 7 bilhões, deve acontecer depois que a lei, uma vez sancionada, seja regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

"Essa aprovação é um claro sinal para os agentes e investidores que acreditam no Brasil de que estamos trabalhando para que o setor elétrico atraia cada vez mais investimentos nacionais e internacionais", afirmou Albuquerque, em nota enviada ao **Valor**. "Desde o início do ano, temos informado de forma bastante transparente que a aprovação do GSF era essencial para o bom funcionamento do setor elétrico."

O GSF é a sigla para o déficit entre a garantia física das hidrelétricas e a energia efetivamente gerada por elas. Nos últimos anos, a estiagem severa, associada a outras questões, fez com que apenas uma parcela da energia fosse despachada, ajudando a poupar os reservatórios das usinas. A energia vendida e não gerada virou exposição no mercado de curto prazo de energia, no qual os preços são voláteis e chegam a superar R\$ 500 por megawatt-hora (MWh) durante os meses mais secos do ano. Devido ao entendimento de que esse risco não deveria ser do gerador, as usinas foram à Justiça e conseguiram liminares para não pagar essa exposição. São essas liminares, hoje sem efeito futuro mas ainda vigentes para o passado, que travam os R\$ 7 bilhões no mercado.

Há outros fatores que também reduziram o despacho das hidrelétricas, como importação de energia e atraso em projetos estruturantes. O projeto de lei vai

possibilitar que as usinas abram mão das liminares. Em troca, a parte não correspondente "ao risco hidrológico" do GSF será ressarcida às usinas, na forma de extensão das suas concessões.

O projeto de lei foi aprovado pelo plenário da Câmara na quarta-feira à noite, mas voltará para ao Senado porque os destaques foram apreciados em separado e houve a inclusão de emendas no texto, como o polêmico "Brasduto", que prevê o uso de recursos financeiros oriundos da atividade no pré-sal para financiar a construção de gasodutos.

Ainda assim, o aval dado pelos deputados foi considerado positivo pelo presidente da consultoria PSR, Luiz Augusto Barroso. "É uma notícia muito boa e mérito da articulação do Ministério de Minas e Energia com o Congresso. Conseguiram aprovar uma solução que foi construída por vários governos", disse ele, que foi presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e que integrou a equipe que ajudou a construir a solução do GSF.

"O cenário agora é bem favorável e as coisas vão caminhar em outro ritmo", disse Rui Altieri, presidente do conselho da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), que é quem faz as liquidações do mercado de curto prazo de energia. Ao **Valor**, Altieri comemorou a vitória da aprovação do projeto de lei na Câmara e destacou que outros avanços se seguirão. "Preço horário, preço por oferta, separação de lastro e energia, tudo isso é muito bom, mas investidores sempre ficam com o pé atrás por causa dessa conta de R\$ 7 bilhões", disse, se referindo a aprimoramentos do mercado livre hoje em discussão com o setor.

Para o vice-presidente da Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia (Abiape) e presidente da Dominium Consultoria, Marcelo Moraes, o projeto de lei pode ser apreciado pelo Senado ainda antes do recesso parlamentar, em 17 de julho, se não houver nenhum impedimento na pauta da casa. "O mais importante é virar essa página".

Na mesma linha, a presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica), Elbia Gannoum, também acredita em uma rápida aprovação pelo Senado, dado que o mérito do projeto de lei não precisará ser discutido. "A solução do GSF é um passo fundamental para liberar a pauta do setor elétrico e permitir que discussões e mudanças estruturais possam ser tratadas com a dedicação e clareza que uma modernização e uma reforma requerem. É também muito importante para a geração eólica, que cada vez mais avança no mercado livre de energia. A dívida do GSF no mercado de curto prazo é um fator que desencoraja os investimentos", disse ela.

"A aprovação pelo Senado e seu sancionamento vai tirar 'um grande elefante da sala', que afetava em muito o setor elétrico, e voltará a trazer segurança ao mercado livre", disse Ana Karina Esteves de Souza, sócia do escritório de advocacia Machado Meyer.

Mais cauteloso, Rafael Bozzo, analista regulatório da comercializadora Ecom Energia, disse ter preocupação sobre a tramitação no Senado. "Temos a preocupação de que o processo seja célere, porque a lei publicada terá que ser regulamentada pela Aneel. Só depois veremos os R\$ 7 bilhões sendo pagos", afirmou.

Além de regulamentar a medida, a agência elétrica ainda deverá realizar os cálculos referentes à extensão do prazo de concessão para as geradoras que desejarem aderir ao acordo, abrindo mão das liminares e fazendo o pagamento no mercado de curto prazo. Segundo Altieri, como a solução proposta tem sido negociada há muito tempo com a Aneel e os agentes, não haverá grande dificuldade na regulamentação nem na operacionalização das mudanças.

Livia Amorim, especialista em energia do escritório Souto Correa Advogados, ressaltou que a solução real para a judicialização do GSF depende ainda da adesão dos geradores às condições propostas. "Na linha das discussões sobre mitigação de riscos sistêmicos no mercado de energia, é importante chamar atenção ainda para o fato de que o mercado de curto prazo é um ambiente de ajuste de posições de mercado, muito relevante para a comercialização de energia e que não deve ser enxergado como uma unidade de socialização de perdas", acrescentou a especialista.

"A proposta sempre foi conversada com os maiores geradores, que sempre se mostraram muito favoráveis. Achamos que vão aderir, conforme o que tem sido sinalizado", disse Altieri.

O parcelamento dos débitos também deverá ser tratado pela CCEE, que teve essa atribuição delegada pela Aneel. O presidente do conselho da câmara lembrou que, quando o risco hidrológico foi objeto de repactuação em 2016, houve trâmites mais lentos para o parcelamento, que dependia do aval da Aneel. "Agora, podemos fazer tudo na CCEE com duas reuniões do conselho", disse Altieri.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/06/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Busca por fontes limpas estimula fusões e aquisições

A agenda conhecida pelos três "Ds" - descarbonização, descentralização e digitalização - vai influenciar o mercado de fusões e aquisições no setor de energia ao longo de 2019 e nos próximos anos, de acordo com a KPMG. Na visão da consultoria, o interesse de indústrias grandes consumidoras de energia e de petroleiras por combustíveis renováveis vai impulsionar o mercado.

"É um caminho muito forte, uma tendência global. O mundo corporativo está cada vez mais declarando que será renovável. E isso vai estimular de uma maneira muito ativa o mercado de fusões e aquisições. É uma tendência que vai ficar para os próximos anos", afirmou Paulo Guilherme Coimbra, sócio da KPMG.

De acordo com a consultoria, no primeiro trimestre deste ano, foram contabilizadas 13 operações de fusões e aquisições no setor energético brasileiro. Dessas, apenas uma envolveu um ativo de combustível fóssil. E três transações foram referentes à compra pela mineradora brasileira Vale de projetos de geração de energia eólica.

"O setor de energia é um setor que está aquecido no Brasil e aquecido mundialmente. Estamos vendo empresas que usualmente não têm atuação dentro da área de energia e que estão comprando ativos ou fazendo contratos de longo prazo que tenham uma garantia de fornecimento de energia renovável, motivadas pela descarbonização da matriz de energia", completou o especialista da KPMG.

O número de fusões e aquisições na área de energia no Brasil no primeiro trimestre também foi expressivo e mantém a média elevada observada em 2018, de 55 negócios, com crescimento de 31% ante 2017 e de 72%, na comparação com 2016.

De acordo com Coimbra, de forma geral, as indústrias estão buscando adquirir empresas e projetos de geração de energia renovável. Outra alternativa adotada pelas companhias, sem envolver a aquisição de ativos, tem sido firmar contratos de compra de energia de longo prazo de projetos de fontes limpas.

Essa estratégia, explicou o especialista da KPMG, tem dois motivos. O primeiro é garantir estabilidade do custo de energia. O segundo é obter um ganho de imagem relacionado à sustentabilidade ambiental.

O movimento estratégico das empresas voltado para fontes renováveis também se reflete nas alternativas de financiamento para novos empreendimentos. "Vai haver cada vez mais linhas de financiamento para quem usa energias renováveis", destacou Coimbra, fazendo referência aos "greenbonds", títulos de dívidas para financiamento de soluções ambientais. "É um mercado que já está mais ativo lá fora, mas que vai chegar rapidamente ao Brasil, dado à natureza da nossa matriz energética", completou o especialista.

Em linha com a discussão relativa à transição para uma matriz energética mais sustentável, o conselho mundial de energia eólica (GWEC, na sigla em inglês) publicou nesta semana relatório em que prevê que os parques eólicos offshore (em alto mar) atingirão capacidade instalada de cerca de 200 gigawatts (GW) em 2030 no mundo. No Brasil, contudo, as perspectivas para esse tipo de fonte ainda são tímidas, dado o custo da tecnologia em relação a outras alternativas também renováveis, como as eólicas onshore (terrestre) e os parques solares.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/06/2019

Seção: Empresas

Autor: Maria Luíza Filgueiras | De São Paulo

Título: Petrobras espera vender ao menos uma refinaria até o fim deste ano

A Petrobras espera concluir a venda de ao menos uma refinaria ainda em 2019, disse Roberto Castello Branco, presidente da estatal, ao participar na B3 de um evento comemorativo da oferta subsequente de ações ("follow on") da companhia. A conclusão dos desinvestimentos em todas as oito refinarias da companhia colocadas à venda deve acontecer em 18 a 24 meses.

Segundo o executivo, o plano de desinvestimentos está caminhando com a venda do controle da BR Distribuidora, que será por meio da oferta de ações, e pela venda das refinarias. "Temos um plano estratégico acordado com o Cade para vender oito refinarias, que representam hoje 50% da nossa capacidade. Esperamos atrair investidores privados para esse processo."

"Nós acreditamos que um prazo de 18 a 24 meses será suficiente para a venda das oito refinarias. Quanto ao valor, o mercado é que dirá, nós acreditamos que um valor substancial será obtido, mas eu, sinceramente, não me arrisco a prever nenhum número."

Castel Branco lembrou que já houve a decisão de venda de fatia na BR Distribuidora, mas que o percentual não foi definido. No início da semana, o **Valor** publicou que a discussão está em torno de 35% e que a previsão no

cronograma inicial é definir preço dia 24 de julho. O executivo não comentou data e percentual. "Esperamos estar de volta aqui na B3 no menor espaço de tempo", disse.

Em relação às novas orientações do governo sobre o mercado de gás, a Petrobras está avaliando os impactos sobre suas operações, segundo o executivo. "A Petrobras vai desenvolver todos os esforços para que tenhamos um mercado competitivo e vibrante. Nós estamos desenvolvendo planos e estamos em conversas com o Cade", disse. Ele não detalhou os planos da companhia e da discussão com o órgão e não quis comentar o fato de, na última reunião com o Cade, não terem chegado a um acordo. "Estamos próximos de solução com o Cade, mas por questão de sigilo não posso aprofundar."

Sobre a venda da distribuidora de GLP Liquigás, ele ressaltou que houve restrição de compradores para não gerar novas concentrações. "Não queremos desfazer o monopólio estatal para criar monopólio privado, então buscamos essa desconcentração", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/06/2019

Seção: Empresas

Autor: Ana Paula Machado e Ivo Ribeiro | De São Paulo

Título: AngloGold Ashanti investe US\$ 120 milhões no Brasil

A AngloGold Ashanti vai investir este ano US\$ 120 milhões na ampliação de suas reservas de ouro no Brasil. A maior parte dos recursos serão aplicados em sua maior mina no país, a Mina de Cuiabá, em Sabará (MG), que está em fase de estudos para acessar novos níveis de exploração. Segundo o presidente da companhia, Camilo Lelis Farace, a ideia é chegar a 2,5 mil metros de profundidade até 2028. Hoje, a extração é feita a 1,3 mil metros.

"Esses recursos são usados, basicamente, nos estudos para aprofundar cada vez mais a exploração. Para se ter uma ideia, em um furo de sondagem profunda se gasta US\$ 1 milhão. A mina de Cuiabá vai passar por obras de infraestrutura para acessar os novos níveis da cava. Chegando ao nível 32 (2,5 mil metros), a vida útil da mina aumenta substancialmente", disse ao **Valor** Farace.

Hoje, Cuiabá é responsável por 55% da produção da AngloGold Ashanti no Brasil. No ano passado, a companhia extraiu 494 mil onças, ou 15 toneladas de ouro, nas minas no Brasil. O volume foi 11% menor que o apurado em 2017, quando se produziu 555,8 mil onças. "Para este ano, a expectativa é um aumento de 5% a 8% na nossa produção. Nossa previsão é que cheguemos aos níveis de 2017."

A AngloGold Ashanti, além do complexo de Cuiabá, mantém em Minas operações na cidade de Santa Bárbara - a unidade Córrego do Sítio, onde funcionam uma planta metalúrgica e duas minas (uma a céu aberto e outra subterrânea). No ano passado, essa unidade produziu 114,9 mil onças. Todo o volume extraído nas duas operações é direcionado para a unidade de fundição da empresa, localizada em Nova Lima, na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

O terceiro complexo produtivo da companhia no país está na cidade de Crixás, em Goiás, chamado Mina Serra Grande. Na unidade, existe uma mina subterrânea e uma planta metalúrgica. Em 2018, foram produzidas 129,46 mil onças nesse local.

Farace disse que além dos recursos para aumentar as reservas no Brasil, a companhia está investindo em automação e conectividade em suas minas subterrâneas operadas por aqui. Neste serão aplicados R\$ 16 milhões para automatizar os equipamentos, como carregadeiras, usados na operação. "Conseguimos aumentar a produtividade nas minas. São sistemas para transformar os equipamentos em autônomos. Eles serão operados remotamente. Até o final do ano que vem toda a operação no país terá equipamentos conectados e automatizados", disse Farace.

Segundo o executivo, o Brasil é o segundo dentro da AngloGold Ashanti a contar com essas tecnologias na operação de minas subterrâneas. "A Austrália também tem projetos desse tipo. Isso aumenta e muito a segurança e produtividade das minas."

Atualmente, a companhia empresa 7 mil funcionários no país.

De acordo com a empresa, desde março de 2018, a companhia conta com quarto turno de trabalho. Isso significa que o tempo efetivo de operações no subsolo passou de 17h15 para 20h20 diárias, considerando todos os turnos de trabalho. Esse aumento de quase três horas diárias melhorou a capacidade produtiva e possibilitou a contratação de mais de 100 funcionários, segundo o executivo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/06/2019

Seção: Finanças

Autor: Talita Moreira e Maria Luíza Filgueiras | De São Paulo

Título: Oferta de Alupar e BB deve sair em julho

Passada a venda das ações da Petrobras, a Caixa Econômica Federal ainda tem 15 ofertas públicas de ativos para realizar neste ano e no próximo, entre abertura de capital (IPO) e ofertas subsequentes (follow-on). Entre elas, estão as participações na Alupar e Banco do Brasil, que ainda dependem de aprovação do FI-FGTS. Segundo o presidente da Caixa, Pedro Guimarães, a questão foi discutida em reunião do conselho do fundo nesta semana, mas faltam detalhes. Ele afirmou acreditar que já não serão necessárias novas reuniões para tratar do assunto.

O **Valor** apurou que os conselheiros levantaram alguns questionamentos e devem dar a decisão final em uma nova reunião, daqui a três semanas. Como a Caixa já fez um processo de seleção de bancos coordenadores, uma vez que tiver essa aprovação as operações podem ser colocadas no mercado em curto espaço de tempo.

A venda de ações detidas pela Caixa na Alupar e no BB será feita antes das férias do Hemisfério Norte, disse uma fonte com conhecimento do assunto. As férias começam no fim de julho, mas o período de maior enfraquecimento de mercado é agosto. "As duas operações devem ser feitas até o fim de julho", disse a fonte.

No evento, Guimarães disse ainda que a oferta de ações da Petrobras detidas pela Caixa, que movimentou R\$ 7,3 bilhões, teve forte participação do varejo, como é o objetivo do banco. "Nossos IPOs [de subsidiárias], quando fizermos, vão ter foco muito grande no varejo", disse.

A venda das ações da Petrobras deve ter impacto positivo estimado em cerca de R\$ 1 bilhão no patrimônio da Caixa. O presidente do banco reiterou que a Caixa não deve ter nenhum investimento líquido em empresas não financeiras.

Guimarães disse que vai lançar um fundo imobiliário com agências do banco e outro com edifícios da instituição. Ambos estão previstos para o segundo semestre.

O presidente da Caixa afirmou que a demanda por crédito imobiliário, consignado e linhas para pequenas e médias empresas está forte no banco e não desacelerou no segundo trimestre. "Estamos crescendo em linhas muito claras." Segundo ele, há um recuo na carteira de grandes empresas, mas ele foi deliberado. É estratégia do banco reduzir sua participação nesse segmento. "Botamos o pé no freio total em grandes empresas", afirmou.

O executivo reiterou planos de securitizar parte da carteira imobiliária, mas disse que não deve ser um processo rápido, pois depende do lançamento de linhas com novo indexador que não a TR. A Caixa já sinalizou que planeja oferecer financiamento habitacional indexado pelo IPCA.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 28/06/2019

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes Denise Luna / RIO

Título: 'Novo gás vai refletir no preço da energia'

ENTREVISTA - Décio Oddone, diretor-geral da ANP

Para diretor-geral da ANP, plano de mercado de gás natural vai cortar à metade o custo de produção das térmicas

O novo mercado de gás natural vai ajudar a reduzir o preço da conta de luz – inclusive para empresas. Pelo cálculo de Décio Oddone, diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), é possível cortar à metade o custo do megawatt produzido nas usinas térmicas, uma das principais fontes de geração da matriz energética brasileira. Na segunda-feira, o governo lançou um pacote para baratear o combustível. Os primeiros efeitos devem aparecer no leilão de energia de outubro. Em entrevista exclusiva ao Estadão/Broadcast, Oddone disse esperar que sejam oferecidos mais projetos a gás e a um preço menor que o da última concorrência. Outra aposta é que os investimentos em gasodutos e novas usinas térmicas se concentrem no Sudeste, onde está o pré-sal e será extraído grande volume de gás, e também o principal centro consumidor de energia. Leia os principais trechos da entrevista:

Se todo gás do pré-sal estivesse sendo produzido, seria exportado, por falta de demanda. O que justificaria, hoje, investimentos na expansão dos gasodutos?

É natural que haja conexão maior entre o mercado de gás e o sistema elétrico. A âncora é começar a ter geração térmica a gás em maior escala. Para o futuro, uma maior presença da geração térmica a gás. A partir daí, poderia ter construção de gasodutos, desenvolvimento da oferta de gás offshore e um mercado adicional para a indústria, veículos e comércio.

A energia elétrica vai ficar mais barata?

Sim. Hoje, boa parte da geração é com óleo combustível e diesel. Com o gás, o valor é bem menor. Roraima, por exemplo, estava gerando com o diesel a mais

de R\$ 1 mil por megawatt. Agora, com o gás, o preço caiu à metade. Essas medidas vão se refletir em redução do preço da eletricidade.

Mas a redução de preço não vai acontecer agora...

Não tem almoço grátis. Ou começamos a fazer as coisas para ter resultado daqui a um, dois, três, quatro anos, ou não fazemos nada. O preço, porém, já vai estar refletido no leilão de energia deste ano.

Haverá a associação de petroleiras com empresas do setor elétrico para a construção de térmicas a gás?

Tenho certeza. Tem um projeto com esse modelo no Porto do Açu (no Rio de Janeiro). A Shell entrou num projeto de térmica em Macaé, em parceria com o fornecedor da turbina (da térmica). É um modelo que vamos começar a ver com mais frequência.

A tendência é que as térmicas sejam instaladas próximas aos campos produtores, ou seja, mais no Rio e em São Paulo?

Coincidentemente, no Brasil, o consumo de energia elétrica está próximo do centro de oferta de gás. O pré-sal está na frente do Rio e de São Paulo.

Faz sentido, então, que as térmicas sejam instaladas no Sudeste?

Sim. Como faz sentido que, no Nordeste, onde há dependência de térmicas a óleo combustível e diesel, haja substituição por modelos a gás. A gente também não quer depender do combustível importado para o resto da vida, tendo gás em Sergipe e no Sudeste. Então, como vamos prever nos próximos leilões de energia a substituição do gás importado pelo doméstico? São essas coisas que estão sendo discutidas.

Quem vai colocar dinheiro na expansão dos gasodutos?

A próxima expansão vai ser feita pelas operadoras do gasoduto, pela Engie ou Brookfield. Quem quiser usar o duto vai ter de contratar a capacidade de transporte.

A ANP tem ideia de quanto gás a Petrobrás deixa de produzir atualmente?

É difícil fazer esta avaliação (mas há outras oportunidades), como no shale (gás de xisto). Nos Estados Unidos, ele fez uma revolução. No Brasil, há a estimativa de que existam 230 milhões de pés cúbicos de gás (do tipo shale) de recurso.

Mas por que mexer nisso, que provoca tanta contestação por parte dos ambientalistas?

Isso já foi feito 700 mil vezes nos EUA. Não há forma de mitigar riscos de algo que está sendo praticado há décadas? Estamos considerando os riscos, o único que a gente não considera é a pobreza. Vamos abrir mão desses recursos?

Como o shale será vendido?

No dia em que conseguirmos convencer a sociedade, ele vai ser leiloadado via oferta permanente, porque não tem mais leilão de áreas em terra. Temos de acabar com as barreiras.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 28/06/2019

Seção: Colunas

Autor:

Título: » Em frente.

Coluna do Broadcast

A BR Distribuidora fará na próxima semana, provavelmente na quarta-feira, dia 3, o pedido junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para a realização de sua oferta subsequente de ações (follow on), uma venda secundária que reduzirá a participação da Petrobrás no capital social da distribuidora de combustíveis. Os últimos detalhes da oferta estão sendo definidos neste momento. A oferta deverá ser precificada na semana do dia 22 de julho. Procurada, a BR Distribuidora não comentou.

» Varejo. Na oferta da Petrobrás, na qual a Caixa Econômica Federal vendeu suas ações ordinárias, a presença das pessoas físicas foi o destaque. Dos R\$ 7,3 bilhões movimentados na oferta subsequente, R\$ 1,7 bilhão, ou 24% do total, foi para os investidores do segmento de varejo. Desse montante R\$ 1,4 bilhão ficou somente com os clientes pessoas físicas da XP Investimentos, instituição que foi um dos coordenadores da oferta da petrolífera. Ontem, durante evento para comemorar a operação, o presidente da B3, Gilson Finkelsztain, ressaltou essa participação das pessoas físicas.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 28/06/2019****Seção: Economia****Autor: Adriana Fernandes / BRASÍLIA****Título: Em reação ao Congresso, Guedes pede à equipe medidas para reanimar economia**

BC é considerado parceiro em medidas

Estímulo. Frente ao protagonismo do Parlamento na condução de propostas econômicas, como reforma tributária, ministro da Economia quer fechar plano de ação para destravar atividade logo após a votação da reforma no 1º turno no plenário da Câmara, prevista para julho

Governo aposta na iminência da queda da taxa de juros e deve retomar ações já utilizadas, como liberação do PIS/Pasep e das contas do FGTS

Numa contraofensiva à intenção das lideranças do Congresso de assumir o protagonismo da agenda econômica, o ministro da Economia, Paulo Guedes, reuniu sua equipe para fechar um plano de ação para deslanchar medidas de incentivo à economia logo após a votação da reforma da Previdência no primeiro turno no plenário da Câmara. A votação está prevista para antes do recesso do Congresso, marcado para 18 de julho. A reunião, ocorrida na segunda-feira, foi considerada por auxiliares do ministro ouvidos pelo Estado como a melhor e a mais detalhada desde que ele assumiu o comando do superministério.

No encontro, Guedes procurou dar uma injeção de ânimo após “mordaza” imposta pelo monopólio da discussão da reforma da Previdência nos seis primeiros meses do governo. Ele cobrou “projetos, projetos” do atacado ao varejo da sua equipe. Alguns deles, segundo os técnicos, já estão prontos para serem divulgados, mas permanecem à espera da Previdência. Com a economia com risco de uma recessão técnica no segundo trimestre, o governo aposta na iminência da queda dos juros básicos pelo Banco Central (BC) e nas medidas de facilitação do crédito para animar a economia. O governo quer preparar o terreno para os juros mais baixos cheguem “na ponta”. Ou seja, no custo dos empréstimos aos consumidores. O presidente do BC, Roberto Campos Neto, é considerado parceiro nessa “filosofia” de abertura do mercado financeiro à competição.

O BC tem uma agenda de inovação já encaminhada vista como essencial na pavimentação do caminho do crédito – elemento-chave para a retomada. A

liberação do compulsório, anunciada na quarta-feira, é uma primeira sinalização. A preocupação no Ministério da Economia agora é cobrir o vácuo que ficará aberto na fase pós-Previdência. O avanço do protagonismo dos congressistas não é explicitado publicamente como um problema, mas tem incomodado a equipe econômica. Ontem, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, avisou que vai tentar pautar o projeto de securitização de dívidas (uma espécie de venda desses débitos com antecipação das receitas) para atender pedido dos governadores, uma proposta que tem resistência da área econômica.

No momento, porém, há o cuidado da equipe para não inflamar mais os ânimos dos líderes partidários em meio às negociações finais para a Previdência. A estratégia é levar ao Congresso os próprios projetos e estimular o debate na sociedade. A principal medida continua sendo o projeto de reforma tributária que o governo vai enviar ao Parlamento e que será discutido junto com a proposta já apresentada pelo líder do MDB, Baleia Rossi (SP). A equipe de Guedes acredita que os setores da sociedade vão participar mais do debate da reforma tributária do que da Previdência, com maior pressão junto ao Congresso.

Propostas. Algumas ações começam aos poucos a serem lançadas. É o caso do aluguel de imóvel pelo Minha Casa, Minha Vida e o programa para implantação do novo mercado de gás, com que visa garantir energia barata e cujas diretrizes foram aprovadas, na segunda-feira, em resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), mas que precisam de projetos a serem enviados ao Congresso. Outras medidas, como a liberação do PIS/Pasep e das contas ativas do FGTS, além da modernização da lei cambial ainda estão em gestação.

As propostas incluem ainda o socorro aos Estados e a finalização das condições para o megaleilão do pré-sal, marcado para novembro, para destravar bilhões em investimentos ao País. Segundo um integrante da equipe de Guedes, é um conjunto de ações que vai demonstrar ao mercado, que apesar de “todos os tititis” com o Congresso, as medidas estão andando. / COLABOROU CAMILA TURTELLI

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 28/06/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: Guedes anuncia liberação de R\$ 100 bi e surpreende BC

O ministro da Economia, Paulo Guedes, antecipou ontem que o governo pretende liberar mais R\$ 100 bilhões de recursos que os bancos são obrigados a

depositar no Banco Central (BC), os chamados depósitos compulsórios. Em tese, ao reduzir a exigência, o BC permite que os bancos usem esses recursos para emprestar mais, o que poderia estimular a atividade econômica. A administração da taxa de juros e do volume de compulsórios são os instrumentos que o BC tem para calibrar a Selic, os juros básicos da economia, no controle da inflação.

“Nosso primeiro desafio é a reforma da Previdência, mas faremos também a reforma tributária e o Pacto Federativo (projeto que tira as amarras do Orçamento e destina mais recursos a Estados). Estamos desestatizando o mercado de crédito e ontem o Banco Central já liberou compulsórios para aumentar o crédito privado. Vão vir mais de R\$ 100 bilhões de liberação de compulsório no futuro”, disse Guedes após encontro com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP).

Surpresa. A declaração do ministro foi feita no rastro do anúncio da liberação de R\$ 16,1 bilhões em compulsórios feita pelo BC na noite de quarta-feira. A fala de Guedes pegou de surpresa o presidente do BC, Roberto Campos Neto, que acabou divulgando uma nota para explicar que ação relativa aos compulsórios ainda está em curso, “sem definições de prazos ou montantes”. “O BC não antecipa decisões ou regulações”. Assessores do Ministério da Economia explicaram que a fala do ministro Paulo Guedes sobre a liberação de R\$ 100 bilhões de depósito compulsório se refere um “horizonte” de longo prazo. Seria o resultado de um cenário após a implantação de um conjunto robusto de medidas na área que viabilizem a queda do estoque, que demoram ainda a serem implementadas. Mas o certo é que o valor de R\$ 100 bilhões está “na cabeça do ministro” como a ser considerado no futuro.

Hoje, o estoque do compulsório é de R\$ 452 bilhões. Em rápida coletiva após a reunião, o ministro também citou outras ações em curso no governo. Segundo ele, uma maior competição no mercado de petróleo e gás terá impacto não só para indústria como também no preço do botijão de gás para as famílias. O ministro repetiu ainda que o governo pretende simplificar e reduzir impostos, além de concluir o acordo entre Mercosul e União Europeia e a adesão do Brasil à OCDE (clube de países mais desenvolvidos do mundo)./E. R., A.F. e F.C.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 28/06/2019

Seção: Mercado

Autor: Daniel Carvalho

Título: Guedes defende estados na Previdência para que não usem o pré-sal para pagar contas

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse nesta quinta (27) que defende o ingresso de estados e municípios na reforma da Previdência para que eles não usem recursos futuros oriundos do pré-sal para pagar contas.

Em reunião com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), e com o líder do governo na Casa, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), Guedes elogiou a articulação do Congresso para angariar votos a favor da reforma em troca da inclusão de estados e municípios no texto do relator.

A apresentação do novo formato da proposta de reforma da Previdência foi adiada para terça-feira (2) em sessão da comissão especial da Câmara. Haverá conversas com governadores no fim de semana e encontro oficial na terça, pois a reunião desta quarta (26) não prosperou.

Governadores e prefeitos querem ser incluídos na reforma, mas não conseguem entregar votos. “Existem as disputas regionais de grupos nos estados. Mas os governadores têm ascendência sobre alguns parlamentares que precisam apoiar a reforma, já que estamos fazendo novamente esforço para inserir estados e municípios na reforma da Previdência”, afirmou Davi.

Segundo o presidente do Senado, o governo está fazendo aceno aos governadores com o avanço nas negociações de novo pacto federativo, com medidas como distribuição dos recursos da cessão onerosa e do bônus de assinatura do fundo social do pré-sal.

Davi se irritou ao ser questionado sobre condicionantes dos governadores para mobilização a favor da reforma. “A gente precisa fazer gestos para os governadores e o governo está fazendo gestos.”

A relação entre Guedes e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), está desgastada após o ministro atacar os parlamentares um dia após o deputado Samuel Moreira (PSDB-SP) apresentar a primeira versão do relatório.

Nesta quinta-feira, Guedes mudou o tom e afirmou ter achado “apreciável” as alterações feitas pelo relator em relação ao BPC (benefício de prestação continuada) e à aposentadoria rural.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 28/06/2019

Seção: Editorial

Autor:

Título: Gás para todos

Conselho define diretrizes para a abertura do setor, com mérito de recusar intervencionismo; objetivo deve ser elevar a concorrência e baratear o produto

Já parece estabelecido o consenso de que, embora essencial, a reforma da Previdência não bastará para tirar o país da atual prostração econômica, mesmo se aprovada em tempo hábil e com alcance satisfatório. Nesse sentido, é positivo que o governo se mova em busca de uma agenda de aumento da eficiência e da produtividade.

Ainda que não despertem a atenção geral como os tradicionais —e muitas vezes enganosos— estímulos fiscais, medidas voltadas ao fomento da concorrência e da inovação podem dar alento mais duradouro a setores importantes.

Aqui se inclui o caso do mercado de gás, ora objeto de uma proposta ampla de redesenho com a qual se estimam, talvez com alguma precipitação, investimentos de R\$ 34 bilhões até 2032.

A Petrobras ocupa posição dominante nesse segmento, com quase 80% da produção nacional, além de deter até recentemente toda a infraestrutura básica de transporte e processamento. Mesmo as poucas empresas concorrentes precisam vender seu produto para a estatal.

O quadro piora quando se considera o restante da cadeia. As redes de transporte que fazem a ponte com os consumidores estão hoje concentradas em monopólios estaduais, nem sempre focados na melhor prestação de serviço.

Não surpreende, assim, que o gás natural custe no Brasil entre duas e quatro vezes o valor cobrado nos Estados Unidos e na Europa.

Nesse contexto, o projeto do governo Jair Bolsonaro (PSL) para a abertura do setor, embora cercado de incertezas e dificuldades, merece ser recebido com aprovação —a começar, porque não se alicerça em intervencionismo.

O Conselho Nacional de Política Energética divulgou na segunda-feira (24) as diretrizes a serem seguidas. Entre as mais fundamentais está exigir que a Petrobrás se desfaça de sua posição dominante no transporte e na distribuição.

Para tanto haverá venda de participações em subsidiárias, mas de modo a não permitir a formação de monopólios regionais.

Outra medida é facilitar o acesso de terceiros à infraestrutura de escoamento e processamento, uma espécie de direito de passagem. Com isso, busca-se eliminar o poder monopolista da gigante estatal e abrir caminho para mais investimentos na malha de transporte.

Também será um desafio lidar com as empresas estaduais, que prestam serviços de gás canalizado e fazem a conexão com os pontos de consumo. Aqui se trata do chamado monopólio natural, quando não faz sentido econômico criar estruturas redundantes.

No governo se estudam meios de convencer os estados a aderirem à estratégia, possivelmente por meio da repartição de outros recursos.

Na soma geral, o plano faz sentido e surge em boa hora, quando o país se prepara para o grande leilão dos excedentes de petróleo das áreas do pré-sal. O barateamento do gás pode contribuir para viabilizar uma vasta gama de atividades industriais hoje dormentes.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 28/06/2019

Seção: Colunas

Autor: Joana Cunha

Título: Juntos

Painel S.A.

O Brasil vive um momento raro de combinação de vontade política e iniciativa dos órgãos reguladores. Quem falou isso foi Décio Odonne, diretor-geral da Agência Nacional de Petróleo, nesta quinta, durante audiência em comissão do Senado, referindo-se à abertura no mercado de combustíveis. Ele diz que nunca viu essa coordenação em seus 30 anos de atuação na indústria.

Mais fortes

“O que a gente tem visto nos últimos tempos é uma ação integrada dos órgãos reguladores, como ANP e Cade, que encontrou agora um guarda-chuva da política, através das resoluções do **CNPE [conselho do Ministério de Minas e energia]**”, disse.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 28/06/2019

Seção: Tendências/ Debates

Autor: Renato Casagrande

Título: O futuro começa agora

Governador do Espírito Santo pelo PSB (atual e 2011-2014) e ex-senador da República (2007-2010)

Descartamos a tentação política do imediatismo

Há quem diga que a melhor maneira de cuidar do futuro é dar tudo ao presente. Uma proposição correta, mas que deve ser encarada com ressalvas quando relacionada a ações de governo. De fato, é no presente que a vida se desenvolve. Sendo assim, nada mais justo do que exigir dos governantes que utilizem os recursos disponíveis na melhoria das condições hoje oferecidas à população. Porém, nenhum governo será capaz de cumprir integralmente sua missão se fechar os olhos a desafios que ultrapassam o horizonte temporal dos mandatos. Foi a partir dessa convicção que criamos um Fundo Soberano no Espírito Santo, aprovado pela Assembleia Legislativa e lastreado com parte dos recursos arrecadados com a exploração de petróleo no litoral capixaba. Em 2012, quando ainda cumpríamos nosso primeiro mandato no governo estadual, solicitamos à Agência Nacional do petróleo (ANP) a unificação de todos os campos em atividade no Parque das Baleias, no litoral sul capixaba. Mas só agora a demanda que iniciamos teve desfecho positivo para o estado. Da junção de cinco áreas de exploração surgiu o supercampo de Novo Jubarte e, com ele, o Espírito Santo passa a ter direito à Participação Especial mais relevante, paga apenas aos grandes campos produtores. Pelo acordo, o estado receberá cerca de R\$ 11,5 bilhões ao longo dos próximos 20 anos. Ao tornar-se pública a notícia, a primeira e compreensível demanda que recebemos foi empregar a nova receita na amortização do déficit previdenciário estadual. Mas isso significaria utilizar recursos estratégicos para cobrir emergências circunstanciais, e já vimos os resultados dessa política. Durante algum tempo, a riqueza gerada pelo petróleo irriga e infla as economias locais. Depois, quando as reservas são exauridas, toda a cadeia produtiva se dissolve, deixando para trás o desequilíbrio fiscal, a inadimplência, o desemprego e a desesperança.

A criação do Fundo Soberano deixa claro que não estamos dispostos a repetir tal equívoco. Com ele, destinaremos anualmente cerca de R\$ 500 milhões da receita obtida com a Participação Especial à preparação do futuro. Os recursos serão administrados pelos bancos estaduais e direcionados a investimentos privados estratégicos que ajudarão a diversificar o setor produtivo. As prioridades serão as áreas de logística, inovação tecnológica e apoio ao desenvolvimento regional, investindo em iniciativas que possam capitalizar ainda mais o fundo.

Desse modo, além de fomentar alternativas à receita do petróleo, permitiremos a continuidade do desenvolvimento depois da inevitável exaustão das nossas reservas. Ou seja, descartamos a tentação política de destinações imediatistas, para firmar um verdadeiro pacto com o futuro. Temos consciência de que é atribuição intransferível do gestor público garantir que os impostos arrecadados retornem aos cidadãos na forma de serviços e obras. Mas entendemos também que não há visão de Estado ou de sociedade onde falta responsabilidade com o

porvir. Afinal, se a melhor maneira de cuidar do futuro é dar tudo ao presente, o único modo de alcançar esse amanhã é garantindo hoje as condições para que ele aconteça. E foi com este objetivo que tornamos realidade o Fundo Soberano do Espírito Santo.

VEÍCULO: O Globo

Data: 28/06/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: A falta que faz um ministro da Educação

Enquanto o ministro da Educação, Abraham Weintraub, ficava nas redes trocando desaforos com os petistas “e seus acepipes” (sic), a Câmara aprovava o projeto de lei destinando 20% dos recursos do Fundo Social do Pré-Sal, reservado a educação e saúde, para a construção de oleodutos

Segue...

O que se diz é que a garfada na área social é patrocinada por empresários privados do setor de gás, entre eles Carlos Suarez, um dos fundadores da OAS. Com Weintraub no mundo da lua, quem no governo tem combatido essa ideia de tirar dinheiro da educação é Paulo Guedes, do alto de sua experiência de 17 anos como professor universitário.

Aliás...

Em comparação com a pesquisa de abril, o Ibope constatou ontem que educação foi o item com maior queda na aprovação de Bolsonaro: 54% da população desaprova a forma como o governo toca as políticas educacionais.

VEÍCULO: O Globo

Data: 28/06/2019

Seção: Rio

Autor: ELIANE OLIVEIRA

Título: Witzel quer pagar dívidas à União só a partir de 2023

Governador pede ao ministro Paulo Guedes que antecipe a revisão do Regime de Recuperação Fiscal. Pelo acordo firmado há quase dois anos, estado teria que voltar a quitar débitos com o governo federal em 2021

Sob o argumento de que, a partir de 2021, não terá condições de pagar R\$ 13 bilhões em juros da dívida do estado com a União, o governador Wilson Witzel pediu ontem ao ministro da Economia, Paulo Guedes, que o governo federal

antecipe em pouco mais de um ano o processo de revisão do Regime de Recuperação Fiscal (RRF), no qual o Rio está incluído desde setembro de 2017. O programa suspende o pagamento do chamado serviço da dívida durante três anos em troca de uma série de medidas de ajuste fiscal e pode ser prorrogado por igual período, desde que as regras acordadas com o Tesouro Nacional sejam cumpridas. Witzel alegou que só estará com as receitas equilibradas para fazer voltar a fazer os pagamentos em 2023.

— Já estava previsto que, ao fim do terceiro ano, ou seja, em outubro de 2020, faríamos um ajuste do que foi e do que não foi cumprido, para que o governo federal autorizasse mais três anos de suspensão do pagamento. Estou me antecipando, porque já prevejo o caos. Não adianta deixarmos para demonstrar em 2020 que nós não teremos condições de pagar o serviço da dívida a partir do ano seguinte — disse o governador. Essa repactuação do acordo, segundo ele, deve-se à situação financeira precária do estado. Witzel afirmou que chegará a um ponto em que será preciso escolher entre pagar salários e despesas com saúde, educação e segurança ou os juros de uma dívida de R\$ 150 bilhões.

O governador relatou que, no encontro, assegurou ao ministro da Economia que, a partir de 2023, haverá receita suficiente para pagar os juros da dívida. Os recursos virão da abertura do mercado de gás, da expansão da produção de petróleo e do reaquecimento da economia fluminense, que já teria garantido um aumento este ano de 5% — ou cerca de R\$ 1,4 bilhão a mais — da arrecadação com o ICMS. Enfatizou, ainda, que as receitas obtidas com royalties do petróleo subirão de R\$ 13 bilhões para R\$ 16 bilhões até 2023.

— Temos que dar governabilidade ao estado, que precisa de mais presídios, hospitais, moradias e investimentos em infraestrutura. Por isso, temos que empurrar para frente R\$ 13 bilhões — disse ele. Witzel diz que o estado está cumprindo todos os critérios estabelecidos no acordo com a União. Segundo ele, como o Regime de Recuperação Fiscal é uma lei, a mudança para permitir o alongamento do prazo terá de ser feita por meio de um projeto a ser enviado ao Congresso Nacional. Neste caso, não seria algo específico para o Rio, mas também para outros estados, como Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que passam por grave crise econômica.

MME / ASCOM .